ARTIGO ARTÍCULO

A CARTA COMO ATO DE PRESENÇA

LA CARTA COMO ACTO DE PRESENCIA

THE LETTER AS AN ACT OF PRESENCE

CRUZEIRO SEMIÓTICO

ERIC LANDOWSKI

C.N.R.S., Paris

PUBLICAÇÃO ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1989-90

PUBLICACIÓN ORIGINAL
CRUZEIRO SEMIÓTICO
1989-90

COMO CITAR CÓMO CITAR

LANDOWSKI, E. A carta como ato de presença. **Cruzeiro Semiótico**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 1-8, jan.-jun., 2025.

O quadro geral das considerações que seguem fundamenta-se numa distinção entre dois tipos de determinações dos objetos de sentido. As do primeiro tipo, ditas verticais, são explícitas em forma de modelos, tendo por objetivo dar conta, através da superposição de níveis de profundidade hierarquizados (e articulados com o auxílio de procedimentos de conversões), da geração e da apreensão do sentido investido nas práticas e nos objetos significantes. Habitualmente, aos modelos generativos construídos nesta ótica opõe-se a necessidade de considerar um segundo tipo de determinações, de carácter horizontal, ou "contextuais", ligadas caso a caso à diversidade sem limite das "condições sociais de produção" dos discursos, ou das "situações de comunicação" particulares. Em vez de instituir estas duas perspetivas em paradigmas mutuamente exclusivos, preferimos aqui, no quadro de um exemplo relativo à expressão das "paixões", tratar da questão do modo com estas, eventualmente, se articulam, sob a égide de uma semiótica integrada.

1. A carta parece-nos, deste ponto de vista, constituir um excelente pretexto. Como os dicionários o dizem e como o confirma o bom senso, não é pelo seu conteúdo, pouco significativo em si, que a carta encontra a sua definição, mas sim à primeira vista através de um certo dispositivo "externo", relativo, precisamente, à "situação de comunicação" que a sua utilização implica. Não é necessário insistirmos no fato de que a carta, independentemente dos conteúdos que tem por fim transmitir sobre a dimensão cognitiva, é antes de mais em si mesma um objeto-mensagem, no sentido literal do termo, destinado a "passar de mão em mão", implicando, por conseguinte, as especificidades inerentes a toda circulação de valores numa dimensão pragmática'. De modo que, "enviada por um mensageiro ou pelo correio a uma pessoa afastada" (Dicionário enciclopédico Quillet), a carta implica antes de mais — em relação à distinção entre enunciador e enunciatário, que define a estrutura actancial mínima de qualquer comunicação discursiva — a superposição de uma disjunção actorial, e por isso mesmo mais superficial, neste caso manifestada na distância pressuposta entre um emissor e um receptor: distância que se mede (que "se aspectualiza") ao mesmo tempo no plano espacial (é a distância que separa os correspondentes), e no eixo temporal (a comunicação por cartas sendo sempre uma comunicação diferida que é possível graças à escrita, sendo esta inscrição e memória).

No entanto, esta disjunção pragmática, que podemos considerar como definindo referencialmente a "situação de comunicação epistolar", é, por outro lado, suscetível de ser utilizada diferentemente no plano cognitivo e no plano patémico. Nada exclui, por exemplo, que ela venha a ser, por si só, o conteúdo tópico principal das mensagens que os correspondentes vão trocar: a distância real entre

atores transforma-se então em ausência tematizada entre sujeitos. Mas para que a disjunção de base, comum a qualquer relação epistolar, venha a ser desse modo transformada numa relação especificamente significante, e "vivida" passionalmente como carência intersubjetiva, é necessário pressupor um ato logicamente anterior de reconhecimento recíproco entre sujeitos comunicantes, ato cuja efetivação — mesmo se, no enunciado, somente a "ausência" é dita — logo realiza, no plano enunciativo, a presença dos actantes da comunicação.

É este milagre da "comunicação", capaz, pela relação entre os seus níveis, de redefinir as determinações relativas às ditas "situações", e, até certo ponto, de invertê-las, que vai aqui reter a nossa atenção. Neste sentido, referirmo-nos principalmente a um certo tipo de atividade epistolar, provavelmente a um tipo ideal, que no fundo é necessário construir em termos de modelo, admitindo antecipadamente que talvez nenhuma carta-ocorrência terá logicamente uma razão para a ela se conformar integralmente.

2. Em primeiro lugar, tentemos ao menos situar esta forma "ideal" em relação ao que se pode supor representar qualquer uma. Em função das distinções de níveis de que acabamos de tratar, o tipo de escrita que visamos aqui opõe-se a duas outras espécies de regimes epistolares.

O primeiro é o regime de toda correspondência que fica situada para aquém do limiar em que a tematização da "distância" opera em termos de "ausência": do ponto de vista da estatística, é decerto este o regime geral. Os correspondentes nele efetuam, em conformidade com um determinado tipo de regras do gênero, uma tripla desembraiagem: desembraiagem atorial, para começar, assinalada em geral pela epígrafe e sempre pela assinatura, que objetivam a parte enunciadora, desvendando a sua identidade como emissor, assinalada também pelo endereço e o sobrescrito, que operam a mesma redução perante o enunciatário, instalado no enunciado sob os traços do agente receptor; desembreagem espácio-temporal, cm segundo lugar, tão marcada como a primeira, se nos referimos, por exemplo, às expressões estereotipadas do género: "Em resposta à sua correspondência do dia", "Quando a presente chegar às suas mãos", que sublinham os múltiplos deslocamentos possíveis entre os momentos e lugares da leitura e os da escrita. Indícios estes de uma distância assumida, cada um limitando-se ao seu papel funcional que é objetivado pela distribuição das figuras inscritas no enunciado, qualquer tentativa que tenha por objetivo anular a "diferença" instaurada deliberadamente entre correspondentes e sujeitos enunciantes estando logo à partida excluída.

Quanto ao segundo tipo de configuração, utilizemos antes de mais o dicionário para completarmos a definição inscrita mais acima: "Carta: Escrito, em forma de conversa, enviado por mensageiro ou por correio a uma pessoa afastada".

Comparação estranha, se considerarmos o fato de que, contrariamente ao regime diferido, próprio da comunicação epistolar, a "oralidade" da conversa implica a dependência imediata das relações entre os participantes, a sua proximidade física dentro de um determinado espaço (é necessário estar "próximo da voz", mesmo que a proximidade da voz em questão possa ser artificialmente estendida, como no caso de conversa telefônica), e antes de mais um regime de "troca de palavras" que pressupõe a concomitância das temporalidades enunciadoras próprias dos interlocutores. Nada disso acontece com as etapas e os prazos do correio! E, no entanto, a comparação com a conversa parece justificar-se a vários níveis, de um modo banal mas também paradoxal. A banalidade consiste no fato de que, assim como não há "conversas" quando estou só, também não há "correspondência" quando sou o único a escrever. O paradoxo encontra-se precisamente no fato de que é necessário sermos dois para produzir um só discurso, supondo que se trata de urna correspondência-tipo, de urna conversa-tipo. Mas isso acontece também noutros tipos de comunicação social, em particular no caso destes jogos de linguagem que são, de um modo geral, os jogos de sociedade, onde uma única sintagmática significante, legível como uma só narrativa, formando totalidade, também se constitui na intercalação necessária entre duas ou várias vozes.

Se adotarmos urna perspectiva generativa não é difícil conceber um princípio geral suscetível de esclarecer este conjunto de constatações: em cada um dos casos considerados, estamos em presença de uma ruptura de nível, operada a partir de uma totalidade actancial, logicamente pressuposta, onde o sentido se fomenta anteriormente a qualquer manifestação, mas que, por ocasião da discursivização, se projeta em duas posições actoriais enunciantes e distintas. O que nos leva a reexaminar o estatuto da "distância" pressuposta entre correspondentes (ou interlocutores). Em vez de a conceber em termos de um simples dado contextual, de ordem empírica, como sendo um puro estado de coisas que, estabelecendo uma "situação" específica, condicionaria a priori a essência das relações possíveis de comunicação, é necessário, cremos, estudar a maneira própria como, no seu plano figurativo, em casos como a carta, a conversa, o jogo, etc., traduz-se o fenômeno de alcance geral que consiste no estilhaçamento, aquando da manifestação discursiva, de uma instância de enunciação primeira, a ser considerada, quanto a ela, como totalidade estrutural.

Compreendem-se então as possibilidades de escolha oferecidas aos correspondentes. A primeira possibilidade consistia em tornar implícitas as condições estruturais da enunciação: a carta, como discurso desembraiado, restringe-se, neste caso, a localizar as figuras actoriais do expedidor e do receptor, objetivando, na perspectiva de um fazer puramente enunciativo (e, sem dúvida, informativo), a distância

que os separa. A segunda solução, contrariamente à primeira, tem por objetivo explicitar estas mesmas condições, manifestando, ao mesmo tempo, narrativa (pela temática da ausência) e discursivamente (pelo recurso aos procedimentos da enunciação enunciada), a clivagem actancial entre enunciador e enunciatário, inerente a todo fazer enunciativo, mesmo que esse seja constantemente re-embraiado (ou até mesmo puramente "interior", como no caso do diário íntimo, onde somente um autor assume conjuntamente os dois papéis actanciais). Quanto à terceira e última eventualidade, mais problemática, mas que queremos precisamente apreender como sendo o objetivo de uma certa prática "passional" da carta, consistiria na tentativa de transgressão destas condições: afirmando, para isso, antes mais, a parte de presença intersubjetiva que, por outro lado, o ato mesmo de "comunicar" implica.

3. Mas de que presença se trata aqui? Sem entrar no domínio da metafísica, podemos dizer que a presença e a ausência só podem ser concebidas como estando ligadas aos vários modos de existência semiótica, suscetíveis de afetar senão os sujeitos eles-mesmos, pelo menos as relações que os unem.

É verdade que a carta, com todas as características materiais que lhe são próprias — formato, cor do papel, mas também e antes de mais do envelope, caligrafia imediatamente reconhecível etc. isto é, a carta como objeto pragmático significante, tendo para o receptor o valor de representante metonímico do expedidor, realiza de maneira eficaz a presença "real" dos parceiros da comunicação, de um certo modo. E concebe-se que a sua recepção possa acarretar certos efeitos passionais, estando entendido que toda a operação de conjunção de um objeto investido de valor com um sujeito axiologicamente modalizado efetua, por definição, uma transformação de estado deste último. Mas o que se passa quando, esquecendo a perspectiva do receptor, nos situam do lado daquele que escreve? A "presença" já não pode, neste caso, ser apreendida em termos de conjunção pragmática, mesmo se através do equivalente metonímico (ou o substituto objetai) do outro sujeito. Pelo contrário: aquele que escreve deve, para poder escrever — e sobretudo se ele deseja escrever num registo não simplesmente informativo — construir integralmente o seu "outro", torná-lo "presente", num ato que releva somente da sua competência semiótica. O mesmo acontece provavelmente com o receptor. De fato, como explicar as mudanças de estado tímicas que provoca este "acontecimento" que representa por vezes a simples chegada do correio, sem recorrer à ideia de que, além da conjunção que ela efetua entre o receptor e o objeto-carta, esta chegada também é a ocasião, o pretexto, o catalisador — num outro plano apenas reconstruído por dedução — de uma transformação paralela, talvez efémera, mas relativa ao modo de existência mesma, para o receptor, da sua relação ao outro sujeito? A carta em si mesma, sem dúvida, não é nada, ou melhor, apenas uma "coisa", mas uma coisa em que se pode

investir valor para os sujeitos, sejam eles consumidores ou produtores: a presença da carta, que é a única presença real, tem então por efeito atualizar a relação ao valor que nela estiver investido, isto é, a relação com um outro sujeito. De virtual, a relação com o "correspondente" transforma-se então numa relação atual. Atribuamos ao resultado desta pequena comoção patêmico-cognitiva, alternativamente pressuposta (pela redação da carta) e induzida (pela sua leitura), o nome de presença semiótica.

Notar-se-á que, para sustentar esta proposição, não nos pareceu necessário apelar para a mais evidente das qualidades do nosso objeto, a saber que a carta é também, é antes de mais, um discurso: também e não antes de mais. Pois é verdade que outros objetos com mais "valor" que estes modestos pedaços de papel rabiscados são capazes de funcionar eficazmente, pelo menos em parte, como discurso epistolar em forma. Se se trata, por exemplo, de "boa lembrança" do outro — eventualidade que releva do tipo de discurso não informativo aqui visado — qualquer significante poderá desempenhar também a mesma função: bastará que lhe seja atribuído previamente o valor de comunicação, seja por convenção socioletal (a "linguagem das flores") ou dialetal (a semiótica das prendinhas afetuosas). E, no entanto, uma carta vale mais do que isso. Se assim for, a que estratégias, a que agenciamentos formais específicos, relativos à maneira como a carta põe em discurso os seus sujeitos, se poderá atribuir a sua eficácia particular como instrumento de sua presentificação recíproca?

4. Para apreendermos a natureza dessas estratégias discursivas, voltemos antes de mais aos dois tipos de fórmulas evocadas mais acima. No primeiro caso, tratava-se de um discurso dominado pelos procedimentos de desembraiagem tendo por efeito objetivar os papéis funcionais e as coordenadas espácio-temporais próprios a cada um dos correspondentes, de modo a assegurar a boa transmissão das mensagens, essencialmente de carácter informativo, destinadas a percorrer a distância que os separava. No segundo caso, pelo contrário, tratava-se de um discurso epistolar tendo por objetivo restaurar uma aparência de identidade entre as figuras dos correspondentes, inscritas no enunciado, e a instância dos sujeitos enunciantes. Mas logo, colocando em cena, por embraiagem, os protagonistas de uma enunciação do enunciado, um tal objetivo só podia tender a traduzir-se num discurso tematicamente fundado na ausência. Pois o "eu" que, visando a tornar-se presente a um "tu" se enuncia narrando o presente da sua enunciação, utiliza um procedimento que, de fato, só pode desembocar, precisamente, na explicitação da não-presença deste "tu" enunciado em relação ao "eu" enunciante.

Além destas duas fórmulas-tipo talvez não haja uma terceira via. No entanto, tentemos imaginar os princípios de um discurso que apenas falasse do estado de comunicação de um sujeito (escrevendo/lendo) o seu "ser de comunicação". Um

tal discurso não deverá nem figurativizar a distância entre os correspondentes, nem tematizar a ausência entre os sujeitos. Nem actorialização, nem espacialização, nem mesmo temporalização, por conseguinte, para que nada do que é enunciado seja imediatamente apreendido como discurso desembraiado em relação à instância que o enuncia. Também não haverá um "eu" que enuncie explicitamente o fato mesmo que ele enuncia, nem a convocação de um "tu", a não ser que se introduza logo o deslocamento entre dois pontos de vista (inter)subjetivos no interior da instância mesma de enunciação. Para resumir diremos que um tal discurso, que exclui qualquer figurativização da situação (real) de comunicação e qualquer narrativização da relação enunciativa (construída), sendo por isso mesmo inapto a transmitir qualquer "informação", e incapaz, por outro lado, de se desenvolver em questionamento do outro ou como confissão de si, não relevando nem do fazer informativo nem do fazer persuasivo (ou a fortiori manipulatório), só poderia, conforme nos parece, ser comparado a certas formas do discurso poético ou talvez sagrado. Para dizer o que ele diz, isto é, para executar o que ele realiza — e que não é senão, para o sujeito, a atualização de um valor relacional (assim como o credo não é mais do que um ato de fé) — ele só pode ser totalmente desrealizado, autárcico e, de maneira paradoxal sem dúvida, em ruptura com o conjunto de procedimentos de discursivização da intersubjetividade.

Bem o vemos, a nossa hipótese diz respeito a um tipo de discurso passional que, mesmo relevando ainda do universo da correspondência, não é deste – se é que ele existe – senão um caso-limite. Podemos afirmá-lo pelo menos por duas razoes. Em primeiro lugar porque ele tende a abolir a estrutura dialógica (conversacional) da correspondência "normalizada": aqui, um só ator pode escrever. A carta perde então o seu caráter transitivo; já não é dirigida "a alguém" (esperando neste caso a sua "resposta") mas atualiza de uma só vez a copresença semiótica dos actantes da enunciação em um único ato de geração de sentido. Por outro lado, um tal regime epistolar faz exceção – talvez um pouco patologicamente – na medida em que, finalmente, a identidade referencial do receptor se torna nele quase indiferente. Qualquer carta, mesmo "aberta" (isto é, dirigida a um destinatário coletivo, mas não a um público qualquer), é escrita "para alguém", o seu conteúdo dependendo estritamente do seu destino. Porém, deixa de ser este o caso quando o ato de escrever desemboca na produção que comparamos ao objeto poético: desligada, por necessidade interna, dos atores ocorrenciais entre os quais ela transita, e não dizendo definitivamente nada da intimidade que os une, a carta, mesmo se tornando um ato de presença efetiva, relacionamento em estado puro, já não pertence, porém, a um

destinatário singular, mas se dirige a todos. Estando na fronteira do privado e do público, a correspondência passa então do domínio da comunicação ao de uma certa forma de arte — outros diriam, mais simplesmente, de literatura.

5. Há quem pretenda que nada é mais fácil do que escrever uma "carta de amor": bastaria, para tal, sentir amor. Ora, se o que acabamos de dizer autoriza uma conclusão, diremos que sem dúvida alguma é necessário algo mais! A produção dos discursos não sendo jamais direta e simplesmente determinada pela especificidade das "situações" empíricas (quer as consideremos em termos psicológicos — o estado amoroso, por exemplo — ou outros), o que se chama o contexto, representado aqui pela relação enunciativa em si mesmo e ao outro enquanto correspondentes, deve ser cada vez (re-) construído. E óbvio que existe um determinado número de modelos estereotipados que, oferecendo um quadro preestabelecido para a discursivização dos sujeitos, fornece a todos uma competência epistolar passe-partout, suficiente para a manutenção de um grande número de relações intersubjetivas convencionais. Em contrapartida, se admitirmos que a linguagem não tem somente uma função instrumental — a de traduzir relações preexistentes, consideradas como dadas num plano referencial — mas que ela também as pode criar (gerando sentido), então aparecem-nos os verdadeiros problemas. Tais como, por exemplo, os que encontramos quando tentamos imaginar algumas das estratégias possíveis no âmbito de uma escrita epistolar precisamente ligada à geração mesma do sentido.

Traduzido do original francês La lettre calunie acte de présence, por Gabriela Seabra.

REFERÊNCIAS

COURTÉS, J. La lette dans le conte populaire merveilleux. **Actes sémiotiques - Documents**, v.1, n. 9, p. 9-20, 1979.